

CLIVAGENS SOCIAIS E CENTRALIZAÇÃO POLÍTICA EM PORTUGAL A PARTIR DAS TROVAS DE BANDARRA, O SAPATEIRO DE TRANCOSO

Leandro Henrique Magalhães¹

Centro Universitário Filadélfia - UniFil
Faculdade do Norte Pioneiro - FANORPI

Este trabalho busca entender a elaboração das Trovas de Bandarra a partir do lugar social ocupado por seu autor, sapateiro e cristão novo na cidade de Trancoso. Para tanto faz-se necessário levar em consideração o modo como a sociedade lusitana estava estruturada na passagem do século XV para o XVI. Sabemos que a clivagem social portuguesa era mais aparente que real², pois o modelo trinário e trifuncional então corrente não a explicava, dando a ilusão de uma sociedade fechada e estanque³. Entretanto, dentro de cada categoria social existiam hierarquias, sendo a riqueza, o poder e o prestígio privilégios de uma pequena elite, em cada um dos níveis⁴.

Devemos também levar em consideração a existência de espaços limítrofes, em que as leis e os códigos não eram totalmente aceitos e compreendidos. Neste sentido, o processo de inclusão social ocorria quanto mais próximo do centro e, o de exclusão, quanto mais próximo à periferia⁵. Portugal era formado por diversas zonas limítrofes entre um grupo social e outro, havendo vários centros e periferias, onde um indivíduo poderia pertencer ao mesmo tempo a um e a outro, como no caso de Bandarra que, em relação à nobreza lusitana, pertencia à periferia, e em relação à Vila de Trancoso, ao centro.

Pelas especificidades desse trabalho, focalizaremos nossas atenções para o chamado ‘terceiro estado’, que, na passagem para os quinhentos, possuía a seguinte estrutura social⁶: na cúpula da hierarquia do concelho estava o cidadão, recrutado entre os homens bons da cidade, representante em cortes e que nas guerras servia com lanças. Havia ainda os cidadãos honrados, elo de ligação entre o povo e a nobreza. Logo abaixo estavam os mercadores, grupo social urbano que se dedicava às transações comerciais locais, regionais ou internacionais. Poderiam ser inclusos na categoria de homem bom ou cidadãos, e alguns chegavam a se tornarem cidadãos honrados, adotando o modelo de vida aristocrático.

A aristocracia da cidade era formada pelos homens bons, agentes do poder e da administração local, cuidadores dos bens e dos costumes da região; podiam vir do povo, desde que possuíssem entendimento e boa condição. Todo cidadão era um homem bom, mas nem todo homem bom poderia ser um cidadão. Abaixo dele, estavam os mesterais, entendidos como os mestres de ofícios, e não o conjunto dos que trabalhavam nos mesteres. A princípio não eram considerados nem homens bons nem cidadãos, mas essa situação começou a ser alterada no século XIV, por causa do apoio dados pelos mesteres ao Mestre de Avis. Como recompensa, “(...) são chamados de homens

bons, e vinte e quatro deles, dois de cada mester, recebem o cargo de figurar na câmara ao lado de honrados cidadãos⁷”.

Na camada mais baixa da estrutura social portuguesa estava a chamada ‘arraia miúda’, constituída por jornaleiros, serviçais, assalariados dos mesterais, pessoas sem recurso econômico, formando um conjunto heterogêneo geralmente responsável pelas revoltas, motins e insurreições⁸. Havia ainda um grupo de excluídos, marginalizados, que não se enquadrava nessa classificação: usurários, cavaleiros pobres, loucos e pedintes; os de ofícios desonestos: mercenários, cantores, tintureiros e açougueiros; os ofícios ilícitos: tavolagem, regataria para clérigo, e prostituição; e os desprezados: velhos, crianças e pobres. Essa classificação não era rígida e possibilitava que uma pessoa passasse de uma categoria para outra por meio de reajustes na estrutura social, sendo a marginalidade uma condição transitória, que podia levar tanto à exclusão quanto à inclusão⁹.

A partir desse panorama, é possível identificar o lugar de Bandarra, que ocupava um importante papel na vila de Trancoso, pela sua posição social e por ser considerado um líder religioso, além do fato de saber ler e escrever. A comunidade em que vivia era cristã nova, o que possibilitou que aquele formulasse uma espécie de síntese religiosa, aceita tanto pelos judeus quanto pelos cristãos, o que favoreceu a reapropriação e o uso político da mesma.

A posição de Bandarra era tida, em um primeiro momento, como negativa, pois estava abaixo dos homens bons. Além disso, para ser considerado nobre e alcançar cargos e honras, havia a necessidade da pureza de sangue e da inexistência de defeitos mecânicos, ou seja, que não realizasse atividades manuais¹⁰. No entanto, o lugar social de Bandarra favoreceu sua aceitação tanto na comunidade em que vivia como nas posteriores eleições que foram realizadas de suas trovas. Em relação à sua profissão, sabemos que era sapateiro, e assim, pertencente à classe dos mesterais¹¹. Estes eram, em sua maioria, uma população subjugada pelos comerciantes e pela aristocracia local, afastados da administração pública para melhor serem controlados, principalmente no tabelamento de seus produtos e serviços¹². No entanto, os mesteres podiam participar das sessões das Câmaras e, em alguns casos, tinham direito à voz, dependendo sempre do nível de sua organização¹³. Apesar de não terem influência direta nas Câmaras, exerciam certa autoridade local pois, socialmente, estavam acima dos assalariados e do grande número de pobres, marginais e vagabundos que compunham a sociedade lusa¹⁴.

Embora a profissão garantisse um lugar de destaque para Bandarra em Trancoso, o mesmo não ocorria em relação à elite portuguesa, que considerava os sapateiros pessoas de baixa posição. Tal situação causava constrangimento aos leitores da obra de Bandarra, que viam necessidade de justificá-la. Na maioria dos casos partia-se da crença da humildade do profeta, pois era costume de Deus, segundo o Evangelho de Mateus, no Novo Testamento¹⁵, utilizar-se de instrumentos imperfeitos para revelar seus desígnios. O padre Antonio Vieira, que entendia a obra de Bandarra

como escrito profético, tendo utilizado-a como instrumento para justificar a subida ao trono de D. João IV¹⁶, afirmara que era comum Deus preferir os mais simples para revelar sua palavra. Assim fizera com seu próprio Filho, que era carpinteiro, e com os apóstolos que o seguiram, em sua maioria pescadores, e com São Paulo, que era sapateiro¹⁷. Além disso, Vieira afirmava que Deus inspirara as profecias de Bandarra, e não seu estilo, daí o uso de palavras simples e toscas, com metáforas baixas para tratar de algo tão grande, como o estabelecimento do reino de Deus na Terra¹⁸.

Não são raras as referências bíblicas sobre a humildade do profeta, como a que aparece em Isaías, 53, quando é levantado o fato de que muitos duvidariam do enviado por ser pobre e não possuir riquezas, ou nas profecias de Daniel sobre o Quinto Império, quando se afirma que Deus daria o seu reino até para o mais humilde de seus súditos¹⁹. Neste caso, Ele estava se utilizando de elementos imperfeitos para revelar as obras perfeitas, favorecendo a aceitação da obra de Bandarra, tido como um homem cheio de graça, ouvido tanto por gente humilde quanto pelos letrados²⁰.

Embora o fato de ser sapateiro embaraçasse parte dos seus leitores, Bandarra não escondia sua profissão. Ao contrário, a divulgava, destacando-a a todo momento, fazendo comparações e utilizando-se de metáforas próprias ao seu ofício. Na Introdução das Trovas, ao mesmo tempo que exalta sua sabedoria, ressalta a degeneração do mundo, à medida que um sapateiro saberia mais do que nobres e religiosos. Afirma ainda que assim como os Bacharéis e Procuradores, ele também era oficial, porém seu trabalho era realizado com melhor qualidade²¹. É importante realçar que essas referências se dirigem a membros da sociedade lusitana que, de alguma forma, poderiam ameaçar a posição social de um sapateiro. É o que ocorre na passagem em que Bandarra critica a nobreza, não a de sangue, mas a de linhagem duvidosa, formada a partir da compra dos títulos. Neste caso, usa elementos de sua profissão para dar clareza às suas idéias.

XI

Há-de ser bem assentada
A obra dos chapins largos,
A linhagem dos Fidalgos
Por dinheiro é trocada.

XV

Sei também mui bem coser
Uns borzeguins Cordoveses;
Todos os trajos Franceses
Quem quer os quer já trazer.

Bandarra reafirma sempre seu ofício, de sapateiro, posto importante na sociedade lusitana, dirigindo-se em um primeiro momento a um público restrito, formado pela população de Trancoso

e, em seguida, para aqueles que atuavam em profissões mecânicas, como é o caso do tosedor que compilou suas trovas. Utilizava uma linguagem compatível à de seus leitores, além de destacar um elemento que dava confiabilidade à sua obra: sua profissão.

Ainda em relação à situação da nobreza portuguesa, afirma que esta cada vez mais valorizava o dinheiro em detrimento do sangue. É importante lembrar que no período tratado havia uma diversidade de privilégios, que possibilitava a criação de categorias intermediárias de nobreza, com a aristocracia de corte distinguindo-se das demais. Esta diversificação foi denominada de “banalização dos títulos de nobreza”, por criar estatutos intermediários entre o nobre de sangue e o povo, uma nobreza civil ou política, adquirida pela riqueza ou pela indústria²². Esta nobreza era desconsiderada pela de sangue, e não utilizava o título de fidalgo, pois o alargamento da definição jurídica não foi acompanhada por sua representação, que continuava presa às antigas imagens e identidades. Essa questão é abordada nas Trovas de Bandarra, que faz referências ao abuso de poder dos nobres, que se vendiam por dinheiro²³. É levantada a questão do comércio de títulos, grande responsável pela desordem predominante no reino, pois não havia uma hierarquia respeitada ou uma liderança²⁴.

Ao apresentar a situação em que Portugal se encontrava, Bandarra procurava indicar meios para que a ordem fosse restabelecida e, desta forma, seu lugar social fosse mantido. O meio encontrado foi a necessidade de um chefe que encaminhasse Portugal ao seu destino: a conversão de todos os povos e a formação de um Império Universal Cristão. A figura do chefe salvador estava vinculada à do rei/messias, presente na tradição judaico-cristã desde o século XIII, cuja missão era transmitir a verdadeira fé e converter os infiéis²⁵. O rei esperado por Bandarra era identificando com o encoberto e com o leão²⁶, a partir da simbologia judaica, pois o felino representa a tribo de Judá e os reis davídicos, sendo Portugal considerado descendente desta tribo e seu rei, de David²⁷. Aliava as expectativas dos judeus convertidos às dos portugueses, pois o rei salvador teria origem tanto no sangue de David quanto na casa real portuguesa, levando muitos a acreditarem, por exemplo, que o duque de Bragança tinha seu sangue misturado com o da tribo de Judá²⁸.

Tais profecias adquiririam características escatológicas²⁹ ao apresentarem uma relação entre a primeira fase do fim dos tempos com a história presente e imediatamente futura. Bandarra identificava o fim *de um mundo*, e não o fim *do mundo*, pois a vinda do messias possibilitaria o reordenamento da sociedade e a conversão universal, partindo de elementos inteligíveis tanto para os judeus convertidos como para os cristãos. A idéia de conversão universal é apresentada no seguinte estrofe:

LXVII
Em os campos de Tropé

Vossa fruta tangereis
E nas terras de Tomé
E nas terras de Tomé
Todos nelas bailareis,
Com os filhos de Ulisse,
Que gostam nosso tanger.
Nenhum porco roncará,
Nenhum lobo uivará
Senão por vosso querer.

Bandarra afirma que o messias alcançaria as terras de Tomé, ou seja, os lugares onde São Tomé teria pregado o Evangelho. Segundo a tradição este, por ter duvidado de Jesus, foi condenado a pregar nas terras mais distantes, chegando ao Oriente e ao Brasil, regiões que no século XVI estavam sob domínio dos portugueses. Vários são os relatos que corroboram a versão de que São Tomé esteve no Brasil e que teria pregado aos índios, que não teriam sido convertidos definitivamente devido à sua inconstância³⁰:

“Quando os portugueses descobriram o Brasil, acharam as pegadas de São Tomé estampadas em uma pedra que hoje se vê nas praias da Baía; mas rasto, nem memória da fé que pregou São Tomé, nenhum acharam nos homens (...); as pedras conservaram memórias do apóstolo, os corações não conservaram memória da doutrina(p.405)”.³¹

Bandarra trata aqui da formação do Estado Português a partir da noção de povo escolhido para levar a verdadeira fé para todos os povos. Daí a importância dada para a expansão ultramarina, identificando a presença dos portugueses no além mar, em especial na África³².

Vale a pena ressaltar que a expansão ultramarina teve início com a conquista do norte da África, entendida pelos portugueses como expansão da reconquista. Tal perspectiva fora abandonada por D. João III, que voltou seus interesses para as índias, e retomada por D. Sebastião, que desapareceu na batalha de Alcácer-Quibir. Para Bandarra, Portugal tornar-se-ia um grande reino universal, com passagens por todos os portos do mundo, submetendo todos os povos³³, portador de um destino imperial, tendo por missão a expansão da fé e a conversão universal, noções aliadas à de novo mundo e império. Bandarra entende a História de Portugal como sagrada, fazendo parte de uma tradição profética inaugurada na fundação do reino, com a Lenda de Ourique, reafirmando sua sacralização e seu papel como Reino de Deus na Terra.

LXVIII

Forte nome é Portugal,
Um nome tão excelente,
É Rei do cabo poente,

Sobre todos principal.
Não se acha vosso igual
Rei de tal merecimento:
Não se acha, segundo sento,
Do Poente ao Oriental.

LXIX

Portugal é nome inteiro,
Nome de macho, se queres:
Os outros Reinos mulheres,
Com ferro sem azeiro;
E senão olha primeiro,
Portugal tem a fronteira,
Todos mudam a carreira
Com medo do seu rafeiro.

LXX

Portugal tem a bandeira
Com cinco Quinas no meio,
E segundo vejo, e creio,
Este é a cabeceira,
E porá sua cimeira,
Que em Calvário lhe foi dada,
E será Rei de manada
Que vem de longa carreira.

A idéia de sacralização estava aliada às necessidades da nobreza lusitana pois, ao contrário do que ocorria nas demais cortes européias, mais especificamente França e Inglaterra, os reis portugueses não eram ungidos, o que lhes dava caráter menos providencial em relação aos demais³⁴. Mas a dinastia portuguesa teria sido ungida pelo próprio Cristo, em sua fundação, o que dispensava a unção por intermediários da igreja³⁵. As trovas de Bandarra reafirmavam essas expectativas, ao identificar Portugal como Reino de Deus na Terra, e os portugueses como herdeiros de Israel e filhos de Deus. Neste caso não se tratava de uma sacralização do rei, mas sim do reino, pois o único modo do homem alcançar o absoluto seria através da realização, na história, da vontade divina³⁶. Daí a figura do rei estar associada à de um pastor, cujo objetivo era cuidar de um grande rebanho³⁷, configurando-se como representante de Deus na Terra.

- ¹ Professor para os cursos de Pedagogia e Turismo no Centro Universitário Filadélfia - UniFil, de Londrina-PR. Professor para os cursos de Ciências Econômicas e Administração de Empresas na Faculdade do Norte Pioneiro - FANORPI, de Santo Antônio da Platina-PR. Coordenador de Pesquisas Acadêmicas pela mesma instituição. Mestre e aluno do curso de doutorado em História pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Autor do livro “Olhares sobre a Colônia: Vieira e os Índios”, pela editora da Universidade Estadual de Londrina - UEL.
- ² MORENO, Humberto Baquero. As Quatro Ordens da Sociedade Quatrocentistas. **Revista Tempo**. Rio de Janeiro: UFF, 1998, no. 5, pp. 107-119.
- ³ COELHO, Maria Helena da Cruz. Clivagens e Equilíbrios da Sociedade Portuguesa Quatrocentista. **Revista Tempo**. Rio de Janeiro: UFF, 1998, no. 5, pp. 121-145.
- ⁴ **Idem**.
- ⁵ FRÓES, Vânia Leite. **Era no Tempo do Rei**. Tese de Concurso para Professor Tutylar em História Medieval. Niterói: UFF, 1995, p. 125.
- ⁶ BEIRANTE, Maria Angela. **As Estruturas Sociais em Fernão Lopes**. Lisboa: Livros Horizonte, 1984, p. 42-49.
- ⁷ **Idem**. p. 49.
- ⁸ **Idem**. **Ibidem**. p. 24.
- ⁹ GARCIA, Rosa Maria Duarte. **Oração e Trabalho: As Atitudes Mentais em Relação ao Pecado e aos Ofícios na Sociedade Medieval Portuguesa dos Séculos XIV e XV**. Dissertação Apresentada ao Curso de Mestrado em História Social. Niterói: UFF, 1993, p. 101.
- ¹⁰ LIPINER, Elias. **O Sapateiro de Trancoso e o Alfaiate de Setúbal**. Rio de Janeiro: Imágo, 1993, p. 28.
- ¹¹ MORENO, Humberto Baquero. **Op. Cit.**
- ¹² Cortes de Évora-Viana, de 1481-1482, proibiam os mesterais de participarem das câmaras, sendo que somente em casos isolados e por iniciativas individuais alcançava-se cargos na administração municipal. COELHO, Maria Helena da Cruz. **Op. Cit.**
- ¹³ BETHENCOURT, Francisco. Os Equilíbrios Sociais do Poder. In: MAGALHÃES, Joaquim Romero (Coord.). **História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade**. Lisboa: Estampa, 1997, p. 164.
- ¹⁴ COELHO, Maria Helena da Cruz. **Op. Cit.**
- ¹⁵ LIPINER, Elias. **Op. Cit.** p. 20; Mateus 11, 25
- ¹⁶ MAGALHÃES, Leandro Henrique. **A Legitimidade da Restauração Portuguesa a partir do Discurso do Padre Antônio Vieira**. Dissertação de mestrado apresentado junto ao programa de pós-graduação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2000.
- ¹⁷ VIEIRA, Padre Antonio. **Defesa Perante o Tribunal do Santo Ofício**. 2 tomos. Bahia: Progresso, 1957, tomo I, p. 152-157.
- ¹⁸ **Idem**. p.156.
- ¹⁹ LIPINER, Elias. **Op. Cit.** p. 20.
- ²⁰ AZEVEDO, João Lúcio. **A Evolução do Sebastianismo**. Lisboa: Presença, s/d, p. 10.
- ²¹ BANDARRA, Gonçalo Annes. **Profecias do Bandarra**. Lisboa: Vega, 1989, p. 36. Todas as citações das trovas a partir desta edição.
- ²² MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Poder Senhorial, Estatuto Nobiliárquico e Aristocracia. In: HESPANHA, Antonio Manuel (Coord.). **História de Portugal: O Antigo Regime**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 297 - 314.
- ²³ IX - Também sei algo brunir/ Quaisquer laços de labores:/ Bacharéis, Procuradores/ Aí vai o perseguir. X - E quando lhe vão pedir/ Conselho os demandões,/ Como lhe faltam tostões,/ Não os querem mais ouvir. XI - Há-de ser bem assentada/ A obra dos chapins largos,/ A linhagem dos Fidalgos/ Por dinheiro é trocada.
- ²⁴ XII - Vejo tanta misturada/ Sem haver chefe que mande;/ Como quereis, que a cura ande,/ Se a ferida está danada?
- ²⁵ COHN, Norman. **Na senda do milênio**: milenarismo revolucionários e anarquistas místicos da Idade Média. Lisboa: Presença, 1970.
- ²⁶ LXXV - Já o Leão é experto/ Mui alerta./ Já acordou, anda caminho./ Tirará cedo do ninho/ O porco, e é mui certo./ Fugirá para o deserto./ Do Leão, e seu bramido,/ Demonstra que vai ferido/ Desse bom Rei Encoberto.
- ²⁷ LE GOFF, Jacques. Escatologia. In: ROMANO, Ruggiero. **Enciclopédia Einaudi**. Vol. 1: Memória - História. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.
- ²⁸ SARAIVA, Antonio José. Antonio Vieira, Menasseh Bem Israel e o Quinto Império. In: **História e Utopia: estudos sobre Vieira**. Lisboa: Ministério da Educação, 1992.
- ²⁹ O termo escatologia pode ser definido, segundo Jacques le Goff, como uma doutrina dos fins últimos, um corpo de crenças relativas ao destino final do homem e do universo, geralmente referindo-se à coletividade. A escatologia teria um aperfeiçoamento com os escritos proféticos judaicos cristãos, que descreviam um apocalipse ou a revelação dos acontecimentos do fim dos tempos. As concepções escatológicas geralmente estabelecem, entre o aquém atual e o além do fim dos tempos, um período terrestre, um espécie de prefiguração terrestre do além: instalação do céu na terra, que deveria durar mil anos. Seria o Milenarismo ou *Millenium*, período que pode estar vinculado com a vinda de um salvador, que guiaria e prepararia os homens para a salvação. Seria um homem, um deus ou um homem deus,

denominado de messias pela tradição judaico cristã, que originaria o termo messianismo. O milenarismo concentra-se da parte que precede o fim propriamente dito, muitas vezes confundindo-se com ele. Podemos concluir assim que, segundo Le Goff, a tradição escatológica teria por objetivo o fim do mundo, e a messiânica-milenarista o fim de um mundo, dando início a uma nova era e a um novo mundo. LE GOFF, Jacques. **Op. Cit.**

³⁰ MAGALHÃES, Leandro Henrique. **Olhares sobre a Colônia: Vieira e os Índios**. Londrina: Eduel, 1999; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. **Revista de Antropologia**. São Paulo: USP, 1992, v.35, p. 21-74.

³¹ VIEIRA, Padre Antonio. Sermão do Espírito Santo. In: **Sermões**. 15 vol. Porto: Lello e Irmãos, 1951.

³² LXXVI - Uma porta se abrirá/ Num dos Reinos Africanos,/ Contrária aos Arrianos,/ Que nunca se cerrará./ A vaca receberá/ A nova gente que vem,/ Com prazer de tanto bem/ Seu leite derramará. LXXVIII - Um grão Leão se erguerá,/ E dará grandes bramidos:/ Seus brados serão ouvidos,/ E a todos assombrará;/ Correrá, e morderá/ E fará mui grandes danos,/ E nos Reinos Africanos/ A todos sujeitará.

³³ LXXXV - Tomará com seu poder,/ E grão saber,/ Todos os portos de além,/ Marrocos, e Tremecém,/ E Fez também:/ Fará tudo a seu querer,/ Vê-lo-ão a cometer/ Pelo deter,/ Que querem ser tributários,/ E lhe querem dar dinheiros,/ Lisonjeiros/ Os quais não deve querer. LXXI - Este Rei tem tal nobreza,/ Qual eu nunca vi em Rei:/ Este guarda bem a lei/ Da justiça, e da grandeza./ Senhoreia Sua Alteza/ Todos os portos, e viagens,/ Porque é Rei das passagens/ Do Mar, e sua riqueza.

³⁴ HERMANN, Jacqueline. **No reino do desejado**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 149; MAGALHÃES, Joaquim Romero. O rei. In: MAGALHÃES Joaquim Romero de (Coord.). **História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade**. Lisboa: Estampa, 1997.

³⁵ Jacqueline Hermann nos lembra que a busca da sacralização dos reis portugueses se dera em momentos de luta pela soberania, ou seja: Afonso Henriques frente ao Reino de Leão, D. João I na batalha de Aljubarrota e D. João IV frente a Filipe IV. HERMANN, Jacqueline. **Op. Cit.** p. 154.

³⁶ COSTA, Dalila L. Pereira da. **Místicos Portugueses no século XVI**. Porto: Lello e Irmão, 1986, p. 62.

³⁷ CURTO, Diogo Ramada. A cultura política. In: MAGALHÃES Joaquim Romero de (Coord.). **História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade**. Lisboa: Estampa, 1997.